

Conselho Regional de Contabilidade

Fortaleza, 20 de agosto de 2015

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 0190,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação da
Agência de Fiscalização de
Fortaleza e dá outras
providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º - Fica criada a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com sede e foro na cidade de Fortaleza. Parágrafo Único - Na qualidade de entidade de fiscalização, a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) comporá o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei Federal n. 8.938, de 31 de agosto de 1981, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), instituído pela Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), instituído pela Lei Federal n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999.



FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO LXI

FORTALEZA, 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº 15.430

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 0190,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação da
Agência de Fiscalização de
Fortaleza e dá outras
providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º - Fica criada a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com sede e foro na cidade de Fortaleza. Parágrafo Único - Na qualidade de entidade de fiscalização, a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) comporá o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei Federal n. 8.938, de 31 de agosto de 1981, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), instituído pela Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), instituído pela Lei Federal n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Agência de Fiscalização de Fortaleza tem como finalidade básica implementar a política de fiscalização urbana municipal, em consonância com a política governamental e em estrita observância à legislação aplicável. § 1º - A política de fiscalização urbana municipal, compreendendo as diretrizes, objetivos, estratégias e métodos de trabalho, será elaborada pela Agência de Fiscalização de Fortaleza e submetida à aprovação do Prefeito de Fortaleza. § 2º - A Agência de Fiscalização de Fortaleza é entidade dotada de poder de polícia, que será exercido exclusivamente pelos servidores efetivos das câmaras da área de fiscalização, no exercício regular de suas atribuições. Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se objetos da fiscalização urbana municipal: I — obras e posturas urbanas; II — uso e conservação das vias públicas, passeios e logradouros; III — funcionamento de atividades; IV — licenças, alvarás, concessões, autorizações e permissões; V — eventos; VI — ocupação de propriedades e espaços públicos; VII — meio ambiente; VIII — limpeza pública; IX — vigilância sanitária; X — defesa do consumidor; XI — transporte; XII — Patrimônio Histórico-Cultural. § 1º - A AGEFIS executará as fiscalizações atendendo às demandas da população e aos planos de fiscalização pactuados com os órgãos e entidades temáticas afins aos objetos descritos no caput deste artigo. § 2º - Os planos de fiscalização seguem as diretrizes estabelecidas na política de fiscalização urbana e deverão detalhar os parâmetros necessários à execução da fiscalização, tais como abrangência territorial, cronograma, frequência, periodicidade, foco e nível de conformidade a serem exigidos pelos fiscais.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Compete à Agência de Fiscalização de Fortaleza: I — planejar, coordenar, monitorar, avaliar e executar a fiscalização urbana municipal referida no art. 3º desta Lei; II — padronizar e supervisionar as ações de fiscalização desenvolvidas pelos integrantes da Carreira Fiscal Municipal; III — promover a capacitação do seu quadro funcional; IV — expedir normas internas e padrões a serem cumpridos no âmbito de suas atribuições; V — deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação dentro da área de sua competência; VI — instaurar, instruir e julgar os processos oriundos do exercício da fiscalização urbana municipal, como também reclamações, denúncias, representações, defesas, impugnações e recursos, na forma do seu Regimento Interno; VII — administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária; VIII — firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da Lei; § 1º - A consecução das atribuições previstas neste artigo se dará sem prejuízo das competências da Procuradoria Geral do Município nos termos da Lei Complementar nº 008, de 20 de maio de 1992, com suas alterações posteriores. § 2º - As divergências entre os órgãos e/ou entidades do Município de Fortaleza serão dirimidas pela Procuradoria Geral do Município. § 3º - A imposição de medidas compensatórias ambientais, assim como a formalização de Termos de Ajustamento de Conduta de qualquer natureza serão realizadas pelos respectivos órgãos temáticos.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

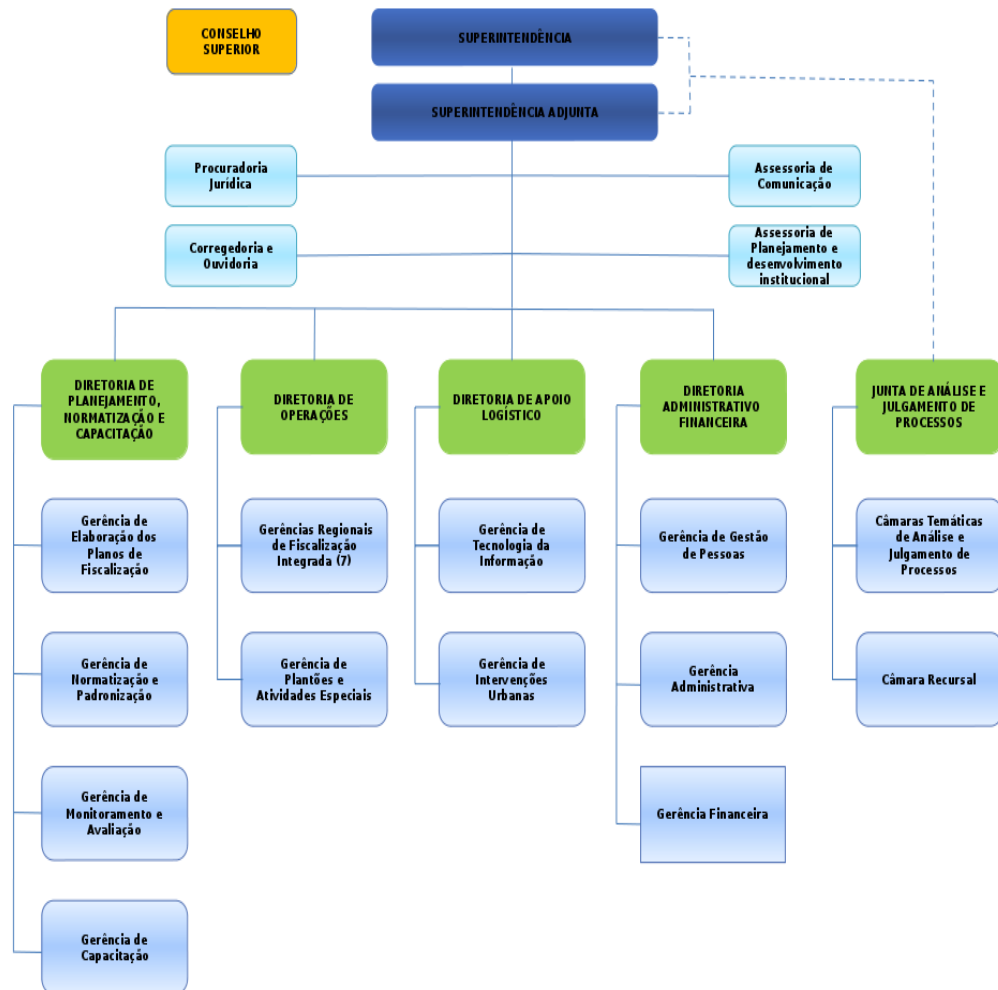
Art. 5º - A AGEFIS apresenta a seguinte estrutura organizacional: I. Órgão de Direção Colegiada: 1. Conselho Superior; II. Direção Superior; 1. Superintendência; 2. Superintendência-Adjunta; III. Órgãos de Assessoramento: 1. Assessoria de Comunicação; 2. Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; 3. Corregedoria e Ouvidoria; 4. Procuradoria Jurídica; IV. Órgãos de Execução Programática: 1. Diretoria de Planejamento, Normalização e Capacitação; 1.1. Gerência de Elaboração de Planos de Fiscalização; 1.2. Gerência de Normalização e Padronização; 1.3. Gerência de Monitoramento e Avaliação; 1.4. Gerência de Capacitação; 2. Diretoria de Operações; 2.1. Gerência Regional de Fiscalização Integrada I; 2.2. Gerência Regional de Fiscalização Integrada II; 2.3. Gerência Regional de Fiscalização Integrada III; 2.4. Gerência Regional de Fiscalização Integrada IV; 2.5. Gerência Regional de Fiscalização Integrada V; 2.6. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VI; 2.7. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VII; 2.8. Gerência de Plantões e Atividades Especiais; 3. Diretoria de Apoio Logístico; 3.1. Gerência de Tecnologia da Informação; 3.2. Gerência de Intervenções Urbanas; V. Órgãos de Execução Instrumental: 1. Diretoria Administrativo-Financeira; 1.1. Gerência Administrativa; 1.2. Gerência Financeira; 1.3. Gerência de Gestão de Pessoas; § 1º - O Conselho Superior terá a seguinte composição: I — 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito, que o presidirá; II — 01 (um) representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza; III — 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município; IV — 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente; V — 01 (um) representante da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos; VI — 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde; VII — 01 (um) representante do Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos



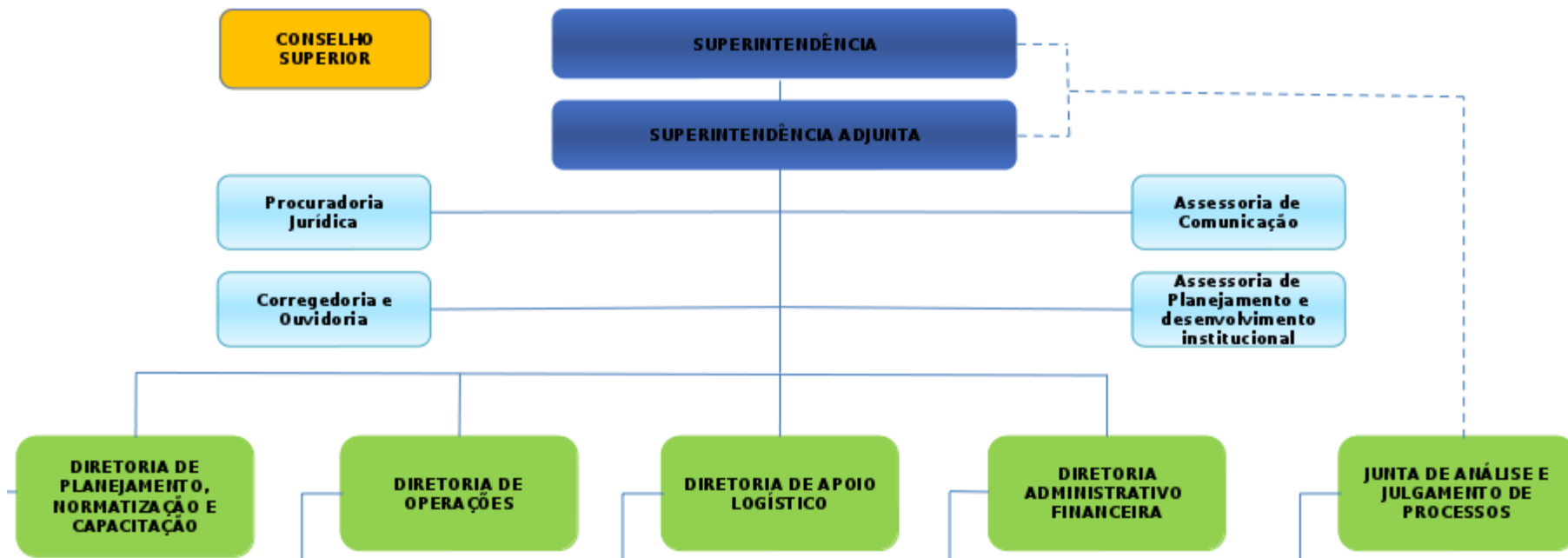
Prefeitura de
Fortaleza
Gabinete do Prefeito

Agência de
Fiscalização
de Fortaleza

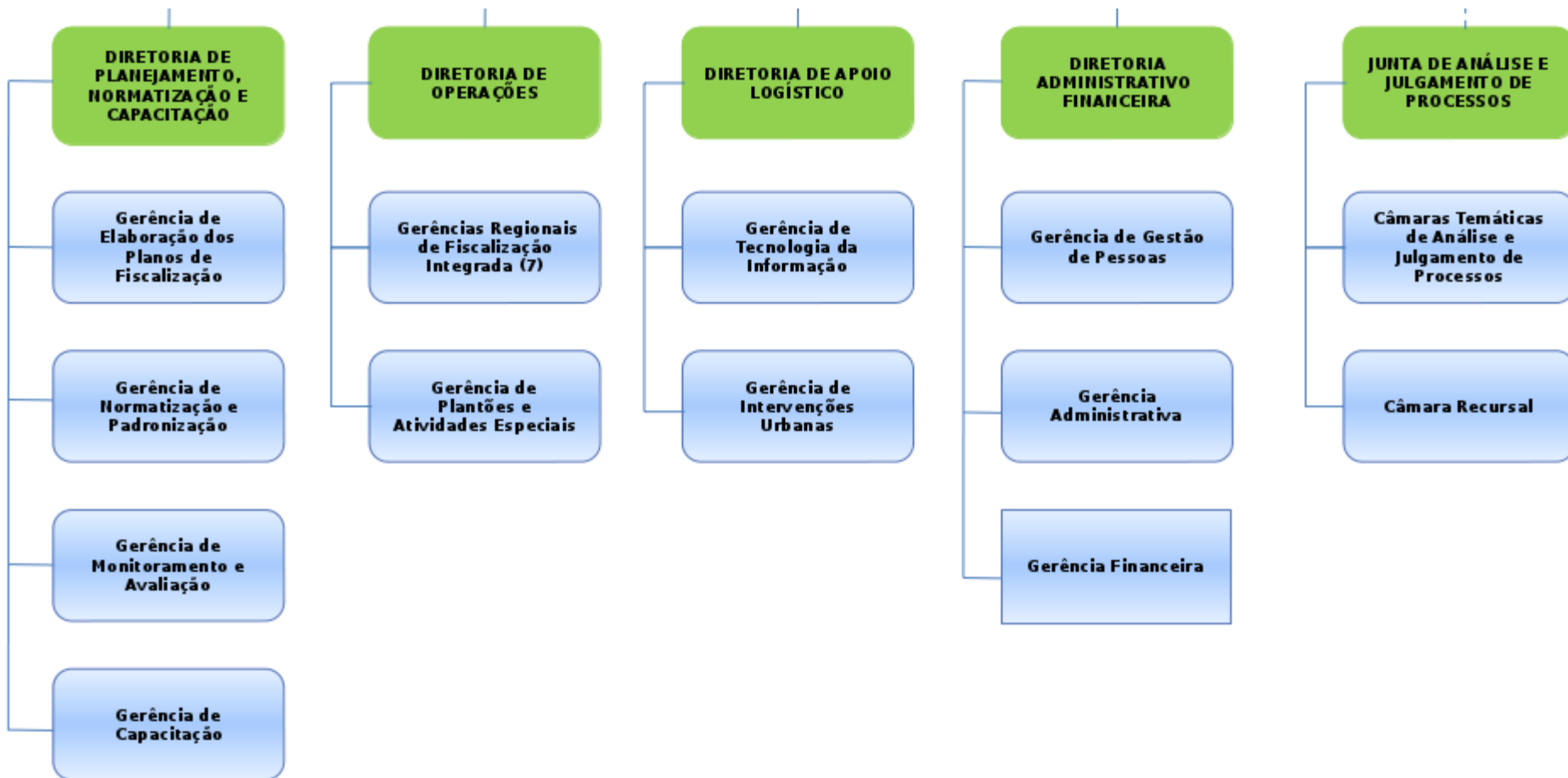
ORGANOGRAMA



ORGANOGRAMA



ORGANOGRAMA



CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se objetos da fiscalização urbana municipal:

- I. Obras e posturas urbanas;
- II. Uso e conservação das vias públicas, passeios e logradouros;
- III. Funcionamento de atividades;
- IV. Licenças, alvarás, concessões, autorizações e permissões;
- V. Eventos;
- VI. Ocupação de propriedades e espaços públicos;
- VII. Meio Ambiente;
- VIII. Limpeza Pública;
- IX. Vigilância Sanitária;
- X. Defesa do Consumidor;
- XI. Transporte e
- XII. Patrimônio Histórico e Cultural.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete exclusivamente à AGEFIS:

- I. normatizar, planejar, coordenar, monitorar, avaliar e executar a fiscalização urbana municipal referida no artigo 3º desta Lei;
- II. padronizar e supervisionar as ações de fiscalização desenvolvidas pelos integrantes da Carreira de Fiscal Municipal;
- III. promover a capacitação do seu quadro funcional;
- IV. deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação dentro da área de sua competência;
- V. instaurar, instruir e julgar privativamente os processos oriundos do exercício da fiscalização urbana municipal, como também reclamações, denúncias, representações, defesas, impugnações e recursos, na forma do seu regimento interno;
- VI. administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária;
- VII. firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da Lei.

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA RECURSAL

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- PRESIDENTE DA JUNTA DE ANÁLISE E JULGAMENTO
- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE
- SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
- SECRETARIA DE SAÚDE
- PROCON

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
- CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS
- CÂMARA MUNICIPAL
- ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS MUNICIPAIS
- FECOMERCIO
- FIEC

PROTOCOLOS VIGENTES



**RESÍDUOS
SÓLIDOS**



Muito Grato!

Marcelo Pinheiro

Superintendente

(85) 3105.2714 / 98970.8123

marcelo.pinheiro@fortaleza.ce.gov.br